

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

Rafael Fernandes de Mesquita

Instituto Federal do Piauí (IFPI) – rafael.fernandes@ifpi.edu.br

Fátima Regina Ney Matos

Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) - fneymatos@ismt.pt

Rafael Martins de Meneses

Instituto Federal do Piauí (IFPI) – rafaelmartins@ufpi.edu.br

Adriana Kirley Santiago Monteiro

Hospital Universitário do Piauí (UFPI) - adrianakirley@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho foi analisar como a constituição discursiva das identidades transgênero femininas influencia na sua entrada no mercado de trabalho. A pesquisa qualitativa crítica foi desenvolvida a partir de entrevistas com travestis e mulheres transgênero (auto-identificadas) que trabalham ou já trabalharam em serviços de telemarketing, localizadas a partir de uma informante-chave e da técnica de bola de neve. Os dados foram analisados a partir das relações entre texto, prática discursiva e prática social, tomando por base definições da Análise Crítica do Discurso (ACD). Como resultados do trabalho, foi possível perceber que a atividade laboral no telema-

rketing possibilita que a voz se desprenda do corpo, que se apaga e, assim, também são apagadas – momentâneo e circunstancialmente – as práticas sociais discriminatórias. Nesta direção, a proposta emancipatória de reivindicar a voz fora desses espaços auxiliaria na eliminação da condição de latência da discriminação. A análise também permitiu a reflexão de como a constituição das identidades transgênero – na crítica do que hierarquiza seus corpos e vidas como inferiores – também tem transformado o social. A dialética desta relação aponta a fluidez das identidades transgênero e os aspectos que as inferiorizavam têm sido reinterpretados.

Palavras-chave: Travestis, Mulheres Transgênero, Identidades, Diversidade, Trabalho.

The Journey of Travestis and Transgender Women in Constituting Themselves and Entering in Formal Work Positions

Abstract

The objective of this work was to analyze how the discursive constitution of female transgender identities influences their entry into

the formal job market. Critical qualitative research was developed based on interviews with transvestites and transgender women

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

(self-identified) who work or have worked in telemarketing services, located using a key informant and the snowball technique. The data were analyzed based on the relationships between text, discursive practice and social practice, based on definitions from Critical Discourse Analysis (CDA). As a result of the work, it was possible to perceive that the work activity in telemarketing allows the voice to be detached from the body, which is erased and, thus, discriminatory social practices are also erased – momentarily and circumstan-

tially. In this sense, the emancipatory proposal of claiming a voice outside these spaces would help eliminate the condition of latency of discrimination. The analysis also allowed reflection on how the constitution of transgender identities – in the criticism of what hierarchizes their bodies and lives as inferior – has also transformed society. The dialectic of this relationship highlights the fluidity of transgender identities and the aspects that made them inferior have been reinterpreted.

Keywords: Transvestites, Transgender Women, Identities, Diversity, Work.

INTRODUÇÃO

Em 2013, quando duas grandes empresas de *call center* se instalam em Teresina, Piauí, novas possibilidades de emprego são vislumbradas por pessoas transgênero no mercado formal de trabalho, mesmo que o atendimento às pessoas-clientes seja intermediado por uma linha telefônica, invisibilizando a agente-contratada do outro lado da linha. Nesta interação externa parece não importar a feminilização do corpo, mas os obstáculos de convivência social permanecem nas interações dentro do ambiente empresarial, além de limitar a expansão de alcance de novos e diferentes trabalhos. Wolfe (2018) fundamenta a percepção do contexto de mudanças nestas observações quando afirma que, a partir de 2010, a cena transgênera feminina brasileira começa a se alterar de diversas formas, principalmente quando percebe uma tendência de afastamento de travestis e transexuais da prostituição e, dentre aquelas que continuavam no comércio de serviços sexuais, havia maior independência de trabalho individual e menor exploração de cafetões. Os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2018) corroboram que a maioria das travestis e transexuais, 90%, ainda se utiliza da prostituição como fonte de renda.

Este argumento é situado no pressuposto de uma mudança cultural vigente em direção a um maior suporte e aceitação às identidades transgênero no mercado formal de trabalho e na sociedade. Apesar da proposição que indica um sentido de transformação social, o caráter marginal das identidades transgênero femininas e a discriminação associada ainda são observados e influenciam no acesso ao emprego e na dinâmica da convivência em sociedade (Yavorsky, 2016; Baggio, 2017; Beauregard *et al.*, 2018). Esta mudança discursiva concorre com o ainda muito presente discurso conservador - ortodoxia de um pensamento que minimiza, ridiculariza e discrimina, excluindo-as da participação social – e, apesar das recentes conquistas sociais, travestis e mulheres transgênero ainda enfrentam óbices de convivência que dificultam sua entrada e permanência no mercado de trabalho. Aqui usa-se “transgênera” como um termo guarda-chuva identidades femininas que não são cisgêneras (i.e. aqui utilizado, para descrever travestis e mulheres transgênero).

O objetivo deste trabalho foi analisar como a constituição discursiva das identidades transgênero femininas influencia na sua entrada no mercado de trabalho. Ao assumir que tornar-se travesti ou mulher transgênera e empregada formal é um processo de identificação discursiva, a ênfase desta pesquisa é direcionada ao discurso e à linguagem que o possibilita. A linguagem exerce um papel na manutenção hegemônica de grupos sociais, na reprodução de práticas e ideologias e na transformação social (Fairclough, 2016). O enfoque é o contexto organizacional que envolve as práticas discursivas e como estas constituem as identidades transgênero femininas no trabalho.

As justificativas gerenciais e acadêmicas para a realização deste estudo estão bastante conectadas e próximas, pois a compreensão do processo que implica impedimentos ao desenvolvimento da empregabilidade de identidades transgênero femininas reflete na possibilidade de diminuição destes obstáculos sociais e na contribuição à Academia que, quando estuda o trabalho de travestis e mulheres transgênero, opta pela prostituição como foco principal (Pizzi, Pereira, & Rodrigues, 2017; Zucchi *et al.*, 2019). Esta lacuna pode ser preenchida com pesquisas que evidenciem a formalidade de trabalho possível e, mesmo que ainda rara, existente.

REFERENCIAL TEÓRICO

Discurso, identidades e problemas de gênero

É com Foucault que a noção de sujeito é compreendida como historicizada a partir de formações discursivas emergentes de períodos históricos singulares (Hall, 2014), como na intersecção entre a sexualidade e os discursos médicos e legais que estabeleceram a categorização identitária social de homossexuais (Ainsworth & Hardy, 2004). O discurso situa a identidade, enquanto define grupos com seus respectivos interesses, posições e relações sociais, e os indivíduos a tomam como identificação, sujeitando-se aos seus efeitos disciplinadores derivados de relações de poder e estruturas de desigualdades que advêm da interação entre atores sociais com interesses conflitantes (Ainsworth & Hardy, 2004).

Esta argumentação vai ao encontro do que Foucault (2012) caracteriza como ordem do discurso, que pode ser compreendida pela tese que argumenta na sua aula inaugural no Collège de France, quando discorre sobre o controle na produção dos discursos. O problema da ordem do discurso não é o conteúdo, o dito que se toma por verdade e que cristaliza, mesmo que em uma relação paradoxal de temporalidade desta cristalização, como a identidade representativa de pessoas transgênero, ou a resposta social a esta performance específica de gênero. O problema está em quem diz, em como se diz e em que período histórico se localiza este dito (Foucault, 2012). Assim, supõe que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2012, p.8-9). Foucault apóia esta preocupação mais direcionada à forma do discurso, à prática discursiva, no sentido do regime de verdade, que é processual, um acordo sobre o sentido das coisas que se fortalece à medida que se legitima, tornando-se público.

Para Souza *et al.* (2013, p. 209) a “identidade sempre será precária, instável e contingente, sendo necessário para sua existência incluir o outro pelo qual se delimita”, ou diferenciar-se excluindo-se o que seria o outro (Ainsworth & Hardy, 2004). Nesta direção, também se inserem os problemas de gênero (Butler, 2016).

A perspectiva adotada na argumentação desenvolvida neste texto é que o sexo e o gênero diferem entre si e ambos são construções (Butler, 2016). O feminino pode ser registrado como uma produção subjetiva que abre possibilidades para escapar de

dicotomias ou dualismos sexuais (Ferreira & Nogueira, 2013). Neste sentido, a expectativa da pluralidade do feminino advém do gênero como “uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada” (Butler, 2016, p. 42). A gestão, neste contexto de discussão sobre gêneros, quando é vista apenas “como uma atividade técnica, uma cegueira é colocada sobre as diversas relações sociais da quais o próprio trabalho dos gestores depende” (Souza, Souza, & Silva, 2013, p. 201), configura-se como uma tentativa ilusória de criar uma neutralidade de elementos subjetivos e desprovida de relações de poder.

Esta breve reflexão sobre gênero situa que a investigação neste campo tem caráter social e político. É neste sentido que Butler (2016) questiona que configurações de poder constroem o sujeito e como essa constituição, pensada no binarismo do gênero, também constrói o outro. A partir do exemplo da performance de uma drag queen, Butler (2016) discute a possibilidade de compreensão do gênero como uma imitação, um ato. A personagem da drag queen, que seria uma personificação de mulher, uma expressão artística que, em performance, corresponde ao que se destaca sobre ser mulher. Esta performance, artística, seria composta de atos performativos, uma produção interpretada do que seria o gênero. E ser mulher, nesta reflexão, seria uma composição social, atos performativos constantes, persistentes, contínuos. Uma repetição: a performatividade do gênero. A autora interroga: “ser mulher constituiria um ‘fato natural’ ou uma performance cultural, ou seria a ‘naturalidade’ constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas”? (Butler, 2016, p. 9). “A performatividade é uma citação das convenções de autoridade, pois o efeito performativo depende destas contingências normativas para que seja eficaz” (Barbosa, 2013, p. 356) e seria uma ingenuidade atribuir voluntariedade do sujeito neste ato, pois há dependência normativa para a sua prática. A palavra citação, em destaque, faz referência a citar algo já produzido, como em um trabalho acadêmico, quando se citam fontes já publicadas, textos que já teriam passado pelo crivo de especialistas, autoridades em determinada área.

A naturalidade seria a consideração do que é verdadeiro, original, inevitável: uma “mulher real”. Esta perspectiva da ontologia do ser baseia-se em um regime hegemônico, que a legitimaria, o que implica uma investigação crítica das próprias configurações do poder que a produzem. Outras categorias de identidade também podem ser pensadas a partir desta perspectiva, não como quando se busca uma origem, um

único ponto de partida, mas na historicidade dos efeitos. “Designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos” (Butler, 2016, p. 10, grifos da autora).

Presumir uma definição de mulher, ou mulheres, mesmo no plural não seria suficiente, mesmo que no feminismo se acreditasse a necessidade desta delimitação para fins de representação política e de interesses, pois em ambos os casos há uma presunção assumida do que seria esta mulher. O sujeito do feminismo, se pensado a partir da unidade categórica, produz e reprime, ao denotar uma identidade comum que não considere as intersecções que o gênero estabelece com outros marcadores sociais, como a raça, a classe, a etnia, a sexualidade e a regionalidade. Estes marcadores, conforme Butler (2016), também são discursivamente constituídos, intersecções políticas e culturais que também produzem e sustentam o gênero.

Identities transgênero e trabalho

A crítica da representação não é o foco central, mas suas consequências limitantes, pensar a categoria mulher sem problematizá-la. É no caminho de representar que as práticas discursivas colaboram na constituição de um sujeito que, definido, tem na ficção de universalidade de sua categoria uma legitimação usada em favor das estruturas de poder, como os sistemas jurídicos, que “engendram, naturalizam e imobilizam” (Butler, 2016, p. 24). Assim, fadada ao fracasso, a política de representação de base única, estável e permanente poderia reificar-se em contrariedade aos objetivos feministas. “Talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações do gênero e da identidade – isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como pré-requisito” (Butler, 2016, p. 24-25).

Além disso, e em adição, “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados” (Butler, 2016, p. 56, grifos da autora). “Esse efeito é produzido, mantido, recusado e eventualmente modificado nos atos de fala disponíveis em nossa sociedade” (Pinto, 2007, p. 4). O sujeito se conhece na ação, no discurso, pois discurso também pode ser entendido como prática (Fairclough, 2016). E, para Butler (2016), o sujeito se conhece na alteridade. Assim, a interpelação do outro torna ambos cognoscíveis. A relação social é necessária para o autoconhecimento e o

conhecimento do outro. A interpelação está inscrita na produção de materialidades, como na definição de identidades e na diferenciação.

As interações sociais acontecem por interpelação, de sempre questionar-se quem é o outro, o lugar que ocupa e a identidade que o define. Butler (2016) distancia o conceito de gênero de identidade, pois o primeiro seria um conceito em ação, persistente enquanto identidade teria uma rigidez presumida. Não havendo uma fixidez da identidade, o queer seria a ação de se fazer, um devir, uma ação contínua, uma construção performativa do que seria o “original” e “verdadeiro”. Esta verdade seria o acesso subjetivo a que se percebe assim, como legítimo, legitimado no social. Deste modo, a identidade não é anterior ao processo de interpelação. Ela se dá na ação, na identificação. O que supõe uma fluidez contínua (Martinez, 2019).

Historicamente, a dissidência de gênero, em especial na transexualidade, era tratada como uma doença mental, ou uma identidade efêmera associada a um fetiche sexual, em que os homens se vestiam de mulheres (O’Shea, 2018). A decisão contrária a esta classificação de transtorno mental foi oficializada em 2019, em Genebra/Suíça, na 72ª Assembléia Mundial da Saúde.

A construção da travesti como um sujeito social passa por um percurso histórico reverberado por estigmas e preconceitos acumulados nas representações do convívio social em que estavam inseridas (Veras & Guasch, 2015). Além disso, a patologização da identidade travesti, advinda do que Barbosa (2013) expõe, ecoa nas demais identidades transgênero femininas. Há registros históricos/acadêmicos de tal construção datados da década de 1980, conforme Veras e Guasch (2015) destacam, em que a travesti era tratada como uma identidade sexual masculina. A priori, sublinhava-se que jornais de circulação nacional, como ‘O Diário do Nordeste’, ocuparam-se em retratar corriqueiramente a prostituição travesti nos grandes centros urbanos. Ainda segundo os autores, os discursos empregados por jornalistas tiveram sua base no comportamento cisheteronormativo e suas regras aplicadas na análise comportamental da travesti, constituição discursiva que se apresentou à sociedade como um ser marginal e típico da prostituição que ‘poluía’ ambientes públicos e privados nas noites das grandes cidades.

Na discussão, emerge algo que pode ser conceituado como abjeto, o que “designa aquelas zonas inóspitas e inabitáveis da vida social, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do inabitável é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito” (Veras & Guasch, 2015, p. 42). A definição de “abjeto” parte de Judith Butler (2015) e é essencial para a com-

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

preensão de como os sujeitos normal/anormal são produzidos, como diz: “como tais restrições produzem não somente o terreno dos corpos inteligíveis, senão também um domínio de corpos impensáveis, abjetos, invivíveis e não dotados de vida” (Butler, 2015, p. 15). Corpos que, como afirma, não importam do mesmo modo.

Este debate adentra outra dimensão mais específica do convívio social: o trabalho. Em face à relevância e atualidade do tema, Pizzi, Pereira e Rodrigues (2017) constataram que a literatura apresenta discussões sobre mulheres travestis e transgênero com o foco em suas narrativas no trabalho sexual, levantando discussões sobre as construções de suas identidades, violência, renda e a construção do corpo como instrumento de trabalho. Em outra direção, os autores consideram que os trabalhos mais recentes fazem uma ligação entre a transgeneridade e mercado de trabalho, refletindo a atualidade da abordagem. O trabalho de Doan (2010) destaca-se na literatura ao apresentar, por meio de autoetnografia, a vivência e olhar da autora, uma mulher transgênera. O percurso argumentativo de Doan (2010) é norteado pela teoria queer, à luz da qual a autora descreve situações de repressão que vivenciou em uma multiplicidade de espaços de convívio (e.g. banheiros públicos, elevadores, shopping malls, ambiente de trabalho etc.). O’Shea (2018), também em uma autoetnografia, relata o percurso em que discute como uma matriz heterossexual dominante em uma sociedade heteronormativa organiza, marginaliza e rejeita determinadas identidades, como a transgênera.

Martins e Mesquita (2024) concluem na sua pesquisa que o mercado de trabalho ainda apresenta barreiras significativas à inclusão e à valorização de pessoas Trans. Para os autores, é essencial fortalecer o apoio às vidas de pessoas transgênero, combatendo as vulnerabilidades decorrentes das violências no ambiente laboral, da precarização do trabalho (como a prostituição sendo a única opção e a informalidade), do desemprego, da pobreza e da exclusão social. Há, desse modo, necessidade de transformar os paradigmas cisnormativos, promovendo práticas mais inclusivas para essa comunidade, abrangendo as atividades dentro das organizações.

Especialmente no que tange à experiência no ambiente de trabalho, Doan (2010) descreve o seu primeiro dia no emprego como uma mulher transgênera. Ela destaca situações de estranhamento por parte dos colegas de trabalho, caracterizadas por conversas interrompidas para deter-se a observar a presença da autora e por comentários como: “você realmente parece mulher”; e “a primeira transexual nesta empresa”. Doan (2010) relata a sensação de estar no “olho do furacão” e de sentir-se como um espetáculo à parte daquele ambiente. Uma pessoa estranha. O’Shea (2018, p. 1,

tradução nossa) chama sua vida de uma “vida invivível” (unliveable life). Guiada pelo argumento de que os espaços de convivência social são constituídos sob a heteronormatividade, Doan (2010) discursa em torno da “tirania de gênero”, que representa a experiência de opressão vivenciada por indivíduos transgênero em espaços nos quais se manifesta qualquer segregação pautada em gênero.

Beauregard *et al.* (2018) argumentam que, ao se identificar como parte de um determinado grupo social, principalmente no caso de pessoas transgênero, em que, constantemente, há rejeição por parte dos outros membros da organização, gera-se nesse indivíduo uma sensação de isolamento. McFadden e Crowley-Henry (2018) corroboram o argumento ao afirmar que nas organizações em que transgêneros trabalham, essas pessoas se sentem diferentes, com percepções de “isolamento, estigmatização e discriminação”, por sentirem-se como não pertencentes à organização ou, como Baggio (2017) destaca, até mesmo são demitidos após exporem publicamente suas identidades.

Contudo, é antes de entrar nas organizações e no mercado formal de trabalho que este processo começa, sendo o ingresso e a permanência no emprego uma extensão das práticas sociais e discursivas em que se constroem como uma identidade. Baggio (2017) destaca que há razões que dificultam o acesso de pessoas trans a empregos: a primeira delas, já apresentada quando se discutia o processo de formação das categorias trans no social, é o preconceito e a discriminação constantes; a outra sua baixa qualificação e níveis educacionais, justificados pela dificuldade de manterem-se em escolas e universidades, principalmente pelas violências que sofrem; e, em adição, poucas empresas retornam contatos ou respondem às entregas de currículos.

As mudanças no pensamento e a pressão externa de políticas de Estado através da legislação, estão ocorrendo ao longo do tempo em contexto internacional, o que conduz os profissionais de recursos humanos a repensarem suas práticas pensando nestas novas realidades e cenários diversificados (Everly & Schwarz, 2015; Mcfadden, 2015). Nesse contexto, os departamentos de recursos humanos (RH) das organizações enfrentam o desafio de adotar políticas pró pessoas trans e estabelecer apoio à comunidade LGBTQIA+, transmitindo o tipo de comportamento aceitável na empresa e que todos os funcionários devam ter (Webster *et al.*, 2018). Assim, muitas empresas começam a adotar práticas com o intuito de promover a diversidade, educando e treinando seus funcionários para atender a demanda de grupos sociais ditos minoritários (Madera, 2013).

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

Deste modo, é perceptível que os funcionários transgêneros ainda disputam por um espaço a sua própria “voz” e, sem a presença de colegas de trabalho semelhantes – representatividade –, essa voz, já fraca, perde força (Mcfadden & Crowley-Henry, 2018). Na pressuposição do assédio discriminatório, indivíduos que ainda estão em transição e que desejam evitar uma maior atenção negativa abdicam de sua “voz” para reduzir interações negativas (Beauregard *et al.*, 2018). Ao enfrentar obstáculos e desafios relacionados à sua identidade de gênero no ambiente de trabalho, estas pessoas podem sentir-se direcionadas a inibir seus pensamentos na organização (Mcfadden & Crowley-Henry, 2018).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Qual é o papel da pesquisa qualitativa crítica em um presente histórico quando a necessidade de justiça social nunca foi tão grande? Este é um presente histórico que clama por visões emancipatórias, por visões que inspirem investigações transformadoras e por investigações que possam fornecer autoridade moral para mover as pessoas a lutar e resistir à opressão (Denzin, 2018, p. 106).

O percurso e escolhas metodológicas empregadas são descritas e explicadas nesta seção. Daqui depreende-se a intenção emancipatória que este tipo de pesquisa acarreta: seu caráter crítico. A criticidade está associada à intenção de desvelar como o discurso, que possui efeitos constitutivos, é moldado por relações de poder, especialmente derivadas de hegemonias sociais e ideologias e, nesta direção, compreender o processo de constituição das identidades transgênero e como este processo apresenta interferências no acesso ao emprego formal. Assim, dado o caráter subjetivo da investigação, este estudo se alinha às características basilares da abordagem qualitativa da pesquisa em estudos organizacionais.

A crítica, para Denzin e Lincoln (2006, p. 16), é considerada um dos momentos contemporâneos da pesquisa qualitativa, em que as ciências sociais e as humanidades tornam-se loci de debates em torno “da democracia, da raça, do gênero, da classe, dos Estados-nações, da globalização, da liberdade e da comunidade”, relacionando-a às “esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre” (Denzin & Lincoln, 2006, p. 17).

A pesquisa de campo foi iniciada em um primeiro contato com uma informante-chave que auxiliou no estabelecimento de estratégias de aproximação com as travestis e mulheres transgênero que, somadas a ela, são participantes do estudo. Com isso, pretendem-se garantir a sensibilidade na abordagem, no uso de palavras e categorias, bem como superar a desconfiança pressuposta que é fundamentada na discriminação que pessoas transgênero sofrem no seu convívio social diário. Apesar da dificuldade presumida na literatura e no contexto da inserção no campo em relação a tópicos sensíveis de abordagem (Dundon & Ryan, 2009), as participantes se mostraram abertas aos questionamentos e ao compartilhamento de suas experiências. Isto pode ser devido à indicação da informante-chave, que conversava com as entrevistadas potenciais antes de um primeiro contato com o pesquisador e com o conteúdo da pesquisa, fornecendo boas referências da atividade a ser desenvolvida. Somada a este fator, a pequena e bem conectada rede social da qual fazem parte, unidas por grupos de apoio e contato próximo, e as experiências de participação em outras pesquisas que algumas respondentes relataram também podem ter contribuído para um ambiente mais favorável ao relato mais aberto e livre.

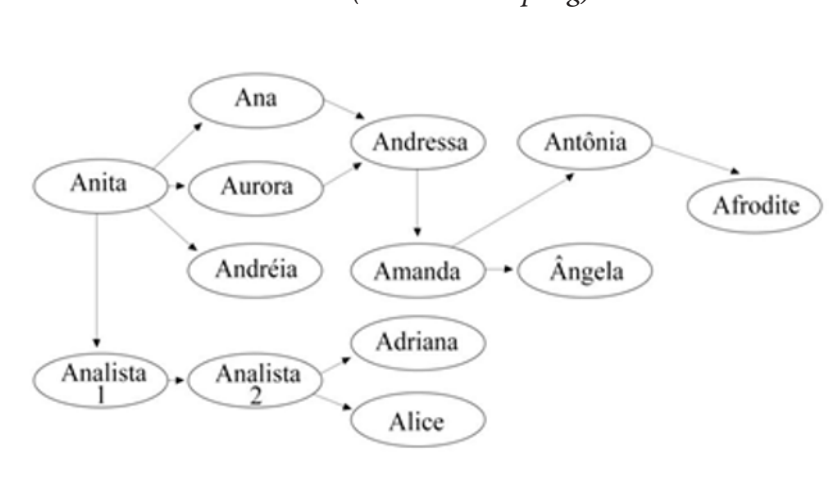
Foram incluídas no estudo travestis e mulheres transgênero (autoidentificadas) que trabalham ou já trabalharam em serviços de telemarketing, com experiência no serviço de no mínimo seis meses e de idade igual ou superior a 18 anos. O tempo mínimo de seis meses de trabalho foi definido por ser um período em que se espera que ela já tenha se inserido no ambiente, com a possibilidade de acumular experiências relevantes para esta investigação, além da expectativa de já ter estabelecido relações com colegas de trabalho.

Para ter acesso às participantes utilizou-se a técnica de bola de neve (snowball sampling). Em sua definição, a técnica busca sanar problemas de abordagem a populações escondidas ou de difícil acesso (hidden and hard-to-reach populations), tais como aquelas que sofrem com estigmatização social e/ou que pertencem a grupos sociais vulneráveis ou impenetráveis (Atkinson & Flint, 2001). A Figura 1 apresenta o resultado da rede de participantes formada a partir da técnica de bola de neve, iniciando com a informante-chave, nomeada aqui de Anita que, além de ter indicado três mulheres para a entrevista, também indicou o contato do analista da empresa em que trabalhava que, por sua vez facilitou o contato com uma analista de outra empresa. Todos os nomes apresentados na figura são fictícios escolhidos e atribuídos a partir de uma lista de nomes femininos iniciados com a letra “A”.

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

Figura 1

Resultado da técnica de bola de neve (snowball sampling).



Fonte: Elaboração própria (2023).

Encerrando com Afrodite, os analistas e as entrevistadas afirmaram que não havia na cidade mais travestis ou mulheres transgênero, além das já indicadas, com as características definidas para a escolha das participantes. No universo definido, a quantidade de participantes se encerrava nela. O corpus deste estudo foi formado pelo material coletado em entrevistas tratadas como uma construção discursiva, não como uma nota de observação, transcrição ou evidência. O que traz uniformidade a esse corpus é a centralidade temática do percurso semântico de tornar-se travesti ou mulher transgênera e empregada. A construção do corpus deriva dos estudos linguísticos e, nesse campo, há a premissa de que “não podemos esperar uma lista de todas as frases das quais se poderá selecionar aleatoriamente” (Bauer & Arrts, 2002, p. 44) e o mesmo vale para os estudos de enfoque qualitativo cujo objeto se afasta dos modos de seleção quantitativa e, por isso, deve seguir algumas etapas: “selecionar preliminarmente; analisar essa variedade; e ampliar o corpus de dados até que não se descubra mais variedade” (Bauer & Arrts, 2002, p. 55), uma saturação que o pesquisador percebe e que não é determinante da quantidade de sujeitos, como num cálculo amostral, mas na qualidade das informações recebidas.

As entrevistas duraram um tempo médio aproximado de uma hora cada e foram gravadas em aparelho que capturava o áudio. A etapa de entrevistas não teve um prazo limite para encerrar. A pesquisa se situa geograficamente em uma capital nordestina, Teresina – PI, cidade que contava, no momento do estudo, com três grandes empresas de telemarketing. Durante a abordagem de campo, foi possível contato com todas as organizações.

A análise foi desenvolvida seguindo conceitos discutidos por Fairclough (2016) na Análise Crítica do Discurso (ACD) e a recomendação de que deve haver uma ideia inicial da prática social em que o discurso está inserido, aqui o contexto organizacional e social do acesso ao mercado formal de trabalho que envolve o processo constituinte das identidades transgênero, um problema parcialmente discursivo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta as análises dos materiais empíricos coletados em entrevistas com as participantes. A Tabela 1 reúne informações sociodemográficas das entrevistadas. Entretanto, considerando que as histórias particulares, especialmente neste contexto de subjetividades individuais que conflitam com práticas sociais discriminatórias, são importantes para o conhecimento da morfologia da dialética do constituir/constituir-se pessoa transgênera, o resumo das características sociodemográficas não é suficiente. Este panorama inicial é fundamental, traz consigo um mapa comum, pouco diferente do que a literatura acadêmica informa (Zucchi *et al.*, 2019).

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

Tabela 1

Descrição das entrevistadas

Nome	Idade	Escolaridade	Cargo / Ocupação*	Tempo de trabalho no call Center
Anita	24	Superior em andamento	Monitora de operações	5 anos
Ana	21	Superior em andamento	Desempregada	2 anos
Aurora	19	Ensino médio completo	Operadora de telemarketing	1 ano
Andréia	29	Superior interrompido	Trabalho informal	3 anos
Andressa	28	Superior completo	Operadora de telemarketing / Trabalhadora do sexo	4 anos
Amanda	25	Ensino médio completo	Trabalho informal	2 anos
Adriana	26	Ensino médio completo	Operadora de telemarketing / Trabalhadora do sexo	3 meses
Alice	26	Superior em andamento	Operadora de telemarketing	4 anos
Antônia	26	Ensino médio completo	Maquiadora	2 anos
Ângela	29	Ensino médio completo	Trabalhadora do sexo	2 anos
Afrodite	24	Ensino médio completo	Trabalhadora do sexo	3 anos

*As informações desta coluna na tabela representam o cargo/ocupação atual das entrevistadas.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Para complementar as informações da Tabela 1, trechos das histórias individuais de cada uma são contadas. Assim, são detalhadas as práticas sociais que molduram o retrato de identidades em formação que, individualizadas em suas subjetividades particulares, também são coletivas, por compartilharem cenários e eventos que influenciam/influenciaram na sua configuração. Também é possível verificar a influência de suas atuações na constituição do social que, lócus de sua existência, é também terreno empírico desta análise.

Olha, seja viado, mas não seja travesti pelo amor de Deus. Ou não seja trans. Na época o termo era travesti. Trans veio mais pra incluir socialmente. (Trecho da entrevista com Anita.)

Anita inaugura esta apresentação e sua história, à medida que contada, é intercalada com as demais, quando convergente em paralelo com as diversas histórias que se desenvolvem nas entrevistas e que confluem de formas similares. Ou quando divergente, pois a pluralidade é presente e já era esperada. Neste primeiro trecho de sua fala, há um indicativo de um problema comum de sentido quando há referência às categorias identitárias que são englobadas aqui no termo geral “trans”gênero. A polissemia deste termo ainda provoca diversas interpretações e, no guarda-chuva de significados está inserida a identidade travesti, comumente associada à prostituição, à marginalidade e à criminalidade (Paniza & Moresco, 2022). York, Oliveira e Benevides (2020) denunciam o uso depreciativo da palavra travesti enquanto verbo, vinculado a uma significação torpe, que associa o ato de ‘travestir’ a uma estratégia de disfarce e dissimulação. O sentido é um componente emocional da significação e, neste trecho, para escapar do estigma, ser “trans” seria amenizador.

Anita é a informante-chave. As conversas com ela foram iniciadas antes das demais. Com 24 anos, é monitora de operações e supervisiona o trabalho de outras pessoas no *call center* em funções de operação de telemarketing que eram desempenhadas por ela nos seus primeiros meses de trabalho. Anita iniciou um curso de graduação de bacharelado em serviço social, por vontade do pai e para “*não dar brechas a falarem coisas de mim*” (trecho de fala, grifo nosso). Entretanto, não se identificou com o curso logo no primeiro período de aulas e decidiu procurar um emprego, ainda para evitar a cobrança social de sua posição em casa.

Ah, as bichas vão já me julgar, então eu tenho que mostrar que é diferente. Com tudo. Até quando eu vou espirrar, eu calculo até aonde o espirro vai, o barulho de como vai sair... (Trecho da entrevista com Anita.)

A preocupação de sua mãe com a investida na busca por emprego foi uma das considerações do relato desta época, conforme descreve. A mãe demonstrava uma apreensão sobre como as empresas a receberiam, por sua aparência efeminada, roupas que não correspondiam à concepção binária de gênero, mas a um espectro andrógino entre o masculino e feminino. Como em Butler (2016, p. 43), “espectros de descontinuidade e incoerência”, na configuração do sujeito que, pelo gênero, vê sua inteligibilidade cultural suspensa, ou mesmo ameaçada enquanto pessoa, por óbices de conformidade às normas sociais fundamentadas na matriz heterossexual, na incoerência com essa normativa quando se toma em consideração o sexo, o gênero e o

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

desejo. Se não é desvelado, este processo é tomado por verdadeiro, natural ou único e fixam modos de sociabilidade, especialmente por meio de instituições determinadas a produção de representações e ideias pelas quais se explicam a ordem social, ou mesmo um ideal desta. Desta forma, as relações de dominação e exploração são legitimadas e mantêm-se hegemônicas (Fairclough, 2016).

Os sentidos a serviço da dominação podem estar presentes nas formas simbólicas próprias da atividade social particular ou podem se fazer presentes nas autoconstruções reflexivas, caso a ideologia seja internalizada e naturalizada pelas pessoas. No entanto, a busca pela autoidentidade, que deve ser criada e sustentada rotineiramente nas atividades reflexivas do indivíduo, também pode sinalizar possibilidade de mudança social. São os indivíduos inseridos em práticas discursivas e sociais, que corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais – uma visão dialética da relação entre estrutura e ação (Resende & Ramalho, 2016).

Sua transição ainda não havia iniciado e Anita não se identificava como mulher, mas como um adolescente gay.

Eu vivia como gay, até então, me identificava mais com o estilo andrógino. Já tinha franja, um cabelão. Usava uma vestimenta mais diferente e já usava maquiagem. (Trecho de fala.)

É nessa incoerência, constantemente percebida a partir da interpelação social do “quem seria eu”, que surge a necessidade da identificação com uma categoria já mais conhecida, mais próxima de si, a identidade sexual de homem gay (Butler, 2016). Estas categorias percebidas mais ou menos como estáveis, de conhecimento público que se tomam por aproximação, pois “ser gay” já era acessível para a entrevistada e na sua ação era perceptível esta subjetividade. Butler (2016, p. 43) argumenta que, por ser a identidade assegurada em conceitos estáveis de sexo, gênero e sexualidade, a noção identitária de pessoa seria desestabilizada com a emergência de sujeitos não conformes. Essa ininteligibilidade também pode ter sua descontinuidade, quando aqueles que se situam na incoerência passam a compor um quadro cognoscível, como uma forma que agora pode ser representativa. Para Resende e Ramalho (2016) é também crer no percurso inverso, se sua existência se materializa, estas formas materiais podem ser identificadas e ter seu caráter ideológico esclarecido. Este processo de esclarecimento é o contributo da crítica que visa uma mudança emancipatória, porque ideologias naturalizadas, que se tomam por senso comum, por vontades di-

vinas ou crenças particulares são mecanismos de preservação das hegemonias, não distantes aquelas discriminatórias pressuposto da argumentação desenvolvida neste estudo.

Alice também fala de sua androgenia no início de sua transição de gênero, que relata ter sido tardia, aos 22 anos. Lembra que, nesta época, tentou suicídio: “Teve uma época aí que eu fui bem reprimida: “fala grosso, corta o cabelo’. Era horrível”! Ela ocupava um cargo de gerência em uma rede de fast food e atribui a sua demissão à transição.

Ele disse: “olha, eu acho que tu é travesti”. Aí me mandou falar com uma travesti e eu não sabia nem o que era travesti. [...] Ela já veio falando que eu tinha que colocar peito, que eu tinha que colocar bunda, que eu tinha que me prostituir. Eu me assustei com aquilo. Não, eu não sou isso e aí eu fui pesquisar na internet o que era o conceito de travesti. Até então todo mundo dizia que era coisa ruim, era prostituição, enfim, era uma coisa que não era certa. Como eu te falei ser gay tudo bem, mas ser travesti não. (Trecho da entrevista com Ana.)

Após descobrir-se transgênero, como explica, Ana iniciou uma terapia hormonal, automedicando-se. Ela narra que usava o dinheiro obtido em uma mesada que recebia da avó para comprar pílulas com hormônios femininos aos quinze anos. As mudanças corporais que surgiram com a hormonização geraram o que ela relata como “pressões sociais” da família sobre como a vida dela em sociedade poderia ser prejudicada se ela continuasse o tratamento e a transição.

Aí eu fiquei como um homossexual, mas sem ser aquilo ali. Entendeu? Aí comecei a ficar só eu. Eu não tinha muito contato com muitas pessoas não. (Trecho da entrevista com Ana.)

Ana cedeu às pressões e parou sua transição por dois anos. Ela diz que neste período sentia-se em um isolamento e que só após um período de consultas recorrentes a um psicólogo assumiu novamente sua identidade feminina e continuou com o processo de transicionar-se.

Cessar a transição como um meio de defesa pode ser a forma que Ana encontrou de buscar uma forma de mascarar sua identidade. Contudo, como Butler (2016, p. 98) comenta, “chama a si uma retaliação inconsciente, desejando e temendo as

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

consequências da castração”. O contexto da afirmação de Butler (2016) está situado na discussão do exagero de características que correspondem à heterossexualidade masculina utilizadas por homossexuais masculinos que buscam uma passabilidade heterossexual e, com isso, evitar os marcadores comportamentais e/ou estéticos que impliquem consequências retaliadoras. No entanto, esta mesma interpretação pode ser guiada a um erro de perspectiva, pois se assume que o homossexual masculino carregaria o perfil estereotipado que o difere do seu correspondente heterossexual, quando isto não é inevitável, mas uma construção cultural que gera uma resposta social. Yavorsky (2016) descreve que, na transição, a mulher transgênera sai de uma posição privilegiada, a de ser homem em uma sociedade que “premia masculinidades em detrimento de mulheres e feminilidades” (Yavorsky, 2016, p. 1, tradução nossa), para uma posição subalterna. Contudo, não seria possível corroborar este argumento, se, para algumas, esta posição de privilégio não é percebida, pois suas masculinidades não são hegemônicas, são associadas com outra identidade sexual socialmente em desvantagem, a gay.

Estas histórias podem ser interpretadas à luz de um conceito já apresentado que, discutido por Butler (2015), tem sido aplicado em pesquisas brasileiras sobre sexualidade: a noção de “abjeto” (Veras & Guasch, 2015). Essas histórias convergem no sentido de formação de uma interpretação social das identidades transgênero femininas a partir desta separação constitutiva entre sujeitos normais e anormais, na abjeção. A formação da identidade que, desde cedo, no início da adolescência, é marcada por interações sociais diversas sobre serem estranhas, acompanha a trajetória de serem gays, para algumas, até identificarem como transgênero.

O sujeito não é livre para decidir e agir fora das próprias relações de poder e discursos que o constituem como sujeito. Pelo contrário, são os processos de nomeação e categorização que operam pelo discurso que produzem alguém como um sujeito viável (Souza, 2017, p. 314)

Sua força motriz está ligada à relação entre raça e sexualidade, uma vez que é dentro dessa relação que se cria o processo de normalização, o qual faz com que alguns indivíduos sejam vistos como menos humanos ou abjetos (Santos & Carrieri, 2015, p. 14)

Além disso, essas considerações reforçam o caráter performativo das identidades, pois são “reiteraões pragmáticas de convenções” (Barbosa, 2013, p. 356). É no caminho de representar que as práticas discursivas colaboram na constituição de um sujeito que, definido, tem na ficção de universalidade de sua categoria uma legitimação usada em favor das estruturas de poder, como os sistemas jurídicos, que “engendram, naturalizam e imobilizam” (Butler, 2016, p. 24). Neste sistema de crenças, a pessoa transgênera é representada e também autorrepresentada como ser desviante. Esta autorrepresentação de desvio, interpretada como negativa, pode se estender por um período limitado de tempo enquanto se busca autoconhecimento e identificações, pois é na interpretação do outro – este outro como um elemento bom de representatividade – como próximo que se estabelece um conceito mais positivo de si. A categoria identitária, que não é a causa do problema, mas efeito do que se tornam no social (Butler, 2016), continua seu curso de ação, como uma reconfiguração constante do gênero.

Como um momento importante das entrevistas, o debate sobre o que seria “ser mulher” para as participantes, tornou-se também uma importante ocasião de autorreflexão. “*Pra mim, ser mulher... Assim, mulher trans ou mulher mesmo (cisgênero)?*” (Trecho da entrevista com Afrodite.). Este trecho foi recorrente em algumas entrevistas, mesmo que em outras palavras. A separação de categorias gerou uma dúvida na questão, quando compararam mulheres cis com mulheres transgênero, apesar do questionamento não ter direcionado esta divisão. Na interpelação do “eu”, a dúvida latente sobre ser ou não mulher, ainda implica suspeita sobre o que seria uma resposta válida.

O ser “mulher” poderia sê-lo em substantivo, em relação à substância, a configuração de corpo e mente. Entretanto, é também no corpo que se torna adjetivo, como na definição gramática, aquilo que modifica o substantivo, “ser mulher” pode ser uma qualificação, uma indicação de passabilidade – representada na linguagem trans como aquele(a) que “passa por”. Segundo Baggio (2017, p. 365, tradução nossa), a passabilidade, ou seja, “o grau em que os outros tomam uma pessoa transgênero como cisgênero”, é um fator determinante para o seu ingresso em organizações. A leitura social, como uma interpretação da sociedade em relação à imagem de corpo e performance que se passa, adjetiva o corpo, a substância em transição e, assim, ser mulher é qualidade. Nesta qualificação, é o “outro” quem julga. Como em Butler (2016, p. 51), “considera-se a experiência de uma disposição psíquica ou identidade cultural de gênero como uma realização ou conquista”, cujo triunfo está no outro

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

que define e na definição do que é a partir da negação do outro gênero, o masculino, dentro da lógica binária deste arranjo.

‘Você é uma mulher trans porque você quer imitar uma mulher’. [...] Mas a gente não quer ser uma mulher, a gente já nasceu sendo uma mulher. Desde a barriga, do útero da mãe da gente, já era uma menina. Já tinha uma flor dentro da gente. Eu digo que a mulher trans... A mulher [cis] já nasce com a flor desabrochada. A mulher trans não. A mulher trans nasce primeiro com os espinhos, com toda a fase de por quês, de dúvida, de incerteza. A flor só vai desabrochar realmente quando você tem o pensamento certo. (Trecho da entrevista com Amanda.)

A metáfora que Amanda apresenta pode ser compreendida a partir do uso do verbo “desabrochar” e dos elementos que compõem a imagem do desenvolvimento da flor que ela compara ao conceito que elabora sobre ser mulher. O gênero como devir, percebido neste relato, pode ser apreendido a partir das duas perspectivas concorrentes na narrativa, a da mulher cis e a da mulher trans. A primeira seria a flor que já nasceu desabrochada e, nesta qualidade, é também no outro que julga que a definição se torna válida, pois é na resposta social que a mulher cis já nasceria nesta suposição do ser mulher, no corpo sexuado. A flor que vai desabrochar em um futuro que, ainda incerto, é definido após o período de transformação, imbricado em sofrimentos diversos, representa uma mudança de pensamento, como uma maturidade psicológica de reconhecer-se e aceitar-se. A metáfora corresponde, assim, em partes, ao pensamento de Butler (2016, p. 195), “se o gênero é algo que a pessoa se torna – mas nunca pode ser –, então o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade, e não deve ser concebido como substantivo [...] mas antes como uma ação incessante e repetida”. O que não corresponde na citação está implícito na leitura interpretativa, logo que a mulher cis não seria o gênero real, pois não pode sê-lo, mas é vista desta forma porque seu gênero foi naturalizado, atribuído desde seu nascimento.

Pois é, eu entrei como Francisco porque eu tinha medo. (Trecho da entrevista com Andressa.)

Avançando na discussão sobre o processo de constituir-se e o ingresso no mercado de trabalho, Andressa relata o que se apresenta como um medo da expressão da autoidentificação. Esta é prática comum que busca evitar represálias, assédios que

peças trans sofrem. Como um disfarce de si, não assumir na organização que se é trans é uma estratégia de defesa social, tanto para o ingresso como para a permanência no emprego. Baggio (2017) caracteriza este como um dos primeiros obstáculos que essas pessoas enfrentam. Neste sentido, o telemarketing, como uma opção conhecida por elas e viável neste processo, torna-se a “primeira” ou a “única” para muitas, como descrevem.

Ah, eu procurei trabalho lá no telemarketing [...] pelo fato deles aceitarem a gente nesse ramo, não tem, assim, muito, uma restrição. (Trecho da entrevista com Afrodite.)

Foi a última das últimas opções [...] o call center estava muito forte aqui em Teresina. (Trecho da entrevista com Amanda.)

Porque somos pessoas mais desenroladas, mais divertidas. Isso foi o que me falaram. (Trecho da entrevista com Andréia.)

A empresa acabou sendo minha primeira e única opção pro mercado de trabalho. (Trecho da entrevista com Aurora.)

Discorrer sobre a inserção de travestis e mulheres transgênero no mercado de trabalho no atual contexto histórico e econômico do Brasil requer ressalvas quanto à disponibilidade de empregos de uma forma geral. Entretanto, a inserção de travestis e transexuais no mercado de trabalho não perpassa somente o contexto de crise econômica e qualificação profissional, pois a discussão não se situa nestes âmbitos. O não enquadramento delas no perfil desejado pelo mercado/população afasta elas da empregabilidade e tal distanciamento do emprego formal, reforçado ao longo do tempo, perpetua a representação da função da pessoa transgênero na sociedade.

O relato de um caso sob supervisão de Anita é retratado a seguir em suas palavras.

Ela era bem retraída, né. Eu trabalho como monitora de qualidade lá e, geralmente, me colocam em grupos que estão em situação crítica. Quando eu cheguei lá eu fui questionar primeiramente os supervisores [...] e logo de cara já foi dito que tinha um viado que usava batom, que ia bem maquiado pra lá. Aí eu já estranhei, né. Eu disse: “Ele tá falando isso pra mim mesmo?” Enfim. Aí ela já me chamou

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

né, na época se chamava [nome masculino]. Ela ficou muito curiosa. Leu no meu crachá e perguntou como é que fazia pra ter o crachá. (Trecho da entrevista com Anita sobre outra participante da pesquisa, Aurora.)

A gente tem que, primeiro, falar quem a gente é e era muito estranho falar meu nome antigo. Eu não tenho problema de falar [o nome masculino de registro]... é relevante isso? A Anita me ajudou muito nisso. Foi graças a ela que eu soube que eu poderia conversar com o gerente e saber se eu poderia ou não estar falando “a Aurora”. (Trecho da entrevista com Aurora.)

A introspecção de Aurora, notada por Anita, poderia ser interpretada como uma defesa, como já abordado em outros momentos da análise, um recolhimento como um modo de evitar a retaliação (Butler, 2016). Apesar disso, as marcas que caracterizavam sua transição, ou em termos gerais, sua diferença, eram perceptíveis e destacadas no discurso que a produzia como desviante naquele ambiente. Porém, na identificação com o outro, como Anita, ela vê a possibilidade de ‘ser’. Este trecho da entrevista de Anita, quando ela menciona o momento em que teve o primeiro contato com Aurora, é o relato de um momento pertinente à compreensão de como o processo de identificação no outro pode ser relevante a uma maior liberdade de ‘ser’ dentro do ambiente de trabalho. Como ilustrativo do que Butler (2016) considera ser o reconhecimento, o autoconhecimento e o conhecimento do outro na relação social, elas se conhecem na alteridade, em uma interpelação que trouxe à Aurora a possibilidade de atender os clientes a partir de sua identificação como uma mulher. A dificuldade anterior, sentida e relatada por ela, a impedia de acessar sua própria subjetividade no discurso, a partir de sua fala e de suas ações (Foucault, 2012).

Corroborando o que Peixoto e Ferreira (2018) argumentam sobre como a significação pode atuar em serviço da manutenção da assimetria de poder nas relações sociais, na produção de significados que constituíam Aurora como “um viado que usava batom”, sua identificação, percebida pelo outro e, na mesma direção por ela, limitava sua atuação como um obstáculo que também a impedia de perceber-se como mulher transgênera no trabalho. Nesta interpelação, a introspecção de sua atuação nas relações sociais se tornou um problema, que deveria ser resolvido pela monitora de qualidade. Beauregard *et al.* (2018) discutem como situações similares implicam silenciamentos em indivíduos que ainda estão em transição, mas que preferem não tornar pública sua identidade ou sua transição para evitar interações negativas. Além

disso, McFadden e Crowley-Henry (2018) argumentam que enfrentar estes óbices de permanência no ambiente de trabalho pode ser uma atividade difícil e a expectativa do processo acabar por inibir as pessoas transgênero de iniciá-lo (Mcfadden & Crowley-Henry, 2018).

Entre alguns lugares comuns, no trabalho, de estabelecimento de narrativas discriminatórias que apareceram nas entrevistas, o banheiro parece ser o principal. Seja pela difícil autopercepção de quando o corpo estaria modificado o suficiente, adequado a uma resposta social, para que houvesse o conforto do convívio comum com outras pessoas do mesmo gênero identificado nas portas dos banheiros. Seja pela dificuldade de aceite dos outros que julgam, quando o obstáculo da autopercepção já foi vencido, e que não se tornam receptivos. O caminho encontrado por algumas, ou mesmo indicado – como Anita relatou em sua entrevista –, foi o banheiro destinado às pessoas com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco tomado neste artigo foi o percurso de travestis e mulheres transgênero no seu ingresso no mercado formal de trabalho, envolvidos pelo seu contexto de transição de gênero. A atividade laboral no telemarketing, o atendimento intermediado pela linha telefônica, possibilita que a voz se desprenda do corpo, que se apaga. Também são apagadas – momentâneo e circunstancialmente – as práticas sociais discriminatórias. No texto da interpelação do atendimento os sujeitos se conhecem. As marcas culturais que caracterizam o corpo e que, a olho nu, poderiam desconstruir a ontologia presumida que facilita esta conexão, ainda permanecem quando a realidade está fora dela. Nesta direção, a proposta emancipatória de reivindicar a voz fora desses espaços auxiliaria na eliminação da condição de latência da discriminação.

Essa negociação permanente da visibilidade de seus corpos advém de uma construção destes na abjeção, na margem e na manutenção deste status quo. Compreender como as identidades transgênero femininas são discursivamente construídas no percurso semântico que abrange seu ingresso no mercado formal de trabalho, ambos envolvidos pelo seu contexto de transição de gênero, permitiu a reflexão de como esta constituição – na crítica do que hierarquiza seus corpos e vidas como inferiores – também tem transformado o social. A dialética desta relação aponta a fluidez das identidades transgênero e, sejam nos discursos médico, jornalístico, jurídico, orga-

nizacional ou popular, os aspectos que as inferiorizavam têm sido reinterpretados. A representatividade tem seu papel nesta transformação.

Para encerrar esta seção, dentre as limitações do estudo, está a dificuldade de expor, em espaço limitado o resultado de um material denso e carregado de elementos que auxiliam na compreensão de como as participantes descrevem o processo de constituir-se e como este processo é associado ao seu ingresso no mercado de trabalho formal. Outra limitação é a localização do estudo, o que abre espaço para o seu desenvolvimento em outras regiões do Brasil e em outros contextos de trabalho.

REFERÊNCIAS

- Ainsworth, S., & Hardy, C. (2004). Critical discourse analysis and identity: Why bother? *Critical Discourse Studies*, 1(2), 225-259.
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2018). *Dossiê Mapa dos Assassínatos 2017 ANTRA*. <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapad-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>
- Atkinson, R., & Flint, J. (2001). Accessing hidden and hard-to-reach populations: Snowball research strategies. *Social Research Update*, 33(1), 1-4.
- Baggio, M. C. (2017). About the relation between transgender people and the organizations: New subjects for studies on organizational diversity. *REGE-Revista de Gestão*, 24(4), 360-370.
- Barbosa, B. C. (2013). “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, (14), 352-379.
- Bauer, M., & Aarts, B. (2012). A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In M. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático* (pp. 39-63). Petrópolis: Vozes.
- Beauregard, T. A., Arevshatian, L., Booth, J. E., & Whittle, S. (2018). Listen carefully: transgender voices in the workplace. *The International Journal of Human Resource Management*, 29(5), 857-884.
- Butler, J. (2015). *Corpos que importam/Bodies that matter*. Sapere Aude, 6(11), 12-16.

- Butler, J. (2016). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (11th ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Denzin, N. K. (2018). Investigação qualitativa crítica. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 13(1).
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens* (2nd ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Doan, P. L. (2010). The tyranny of gendered spaces—reflections from beyond the gender dichotomy. *Gender, Place & Culture*, 17(5), 635-654.
- Dundon, T., & Ryan, P. (2009). Interviewing reluctant respondents: Strikes, henchmen, and Gaelic games. *Organizational Research Methods*, 13(3), 562–581.
- Everly, B. A., & Schwarz, J. L. (2015). Predictors of the adoption of LGBT-friendly HR policies. *Human Resource Management*, 54(2), 367-384.
- Fairclough, N. (2016). *Discurso e mudança social* (2nd ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Ferreira, J. M., & Nogueira, E. E. S. (2013). Mulheres e suas histórias: razão, sensibilidade e subjetividade no empreendedorismo feminino. *Revista de Administração Contemporânea*, 17(4), 398-417.
- Foucault, M. (2012). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Hall, S. (2014). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Madera, J. M. (2013). Best practices in diversity management in customer service organizations: an investigation of top companies cited by Diversity Inc. *Cornell Hospitality Quarterly*, 54(2), 124-135.
- Martinez, A. (2019). Queer, Teoría. In A. M. Colling & L. A. Tedeschi (Eds.), *Dicionário crítico de gênero* (2nd ed., pp. 625-629). Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados.
- Martins, R. M. de, & Mesquita, R. F. de. (2024). Las personas Trans y la educación profesional y tecnológica: una revisión narrativa de la literatura. *Boletim De Conjuntura (BOCA)*, 18(54), 272–298. <https://doi.org/10.5281/zenodo.13161584>

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

- McFadden, C. (2015). Lesbian, gay, bisexual, and transgender careers and human resource development: A systematic literature review. *Human Resource Development Review*, 14(2), 125-162.
- McFadden, C., & Crowley-Henry, M. (2018). 'My People': the potential of LGBT employee networks in reducing stigmatization and providing voice. *The International Journal of Human Resource Management*, 29(5), 1056-1081.
- O'Shea, S. C. (2018). This girl's life: an autoethnography. *Organization*, 25(1), 3-20.
- Paniza, M. D. R., & Moresco, M. C. (2022). À margem da gestão da diversidade? Travestis, transexuais e o mundo do trabalho. *Revista de Administração de Empresas*, 62.
- Peixoto, M. E. G., & Ferreira, R. (2018). Texto e ideologia: a análise de discurso textualmente orientada. *Fórum Linguístico*, 15(1), 2875-2890.
- Pinto, J. P. (2007). Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *Delta*, 23(1), 1-26.
- Pizzi, R. C., Pereira, C. Z., & Rodrigues, M. S. (2017). Portas Entreabertas: o mercado de trabalho sob a perspectiva de travestis e mulheres transexuais. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 4(1), 352.
- Resende, V. M., & Ramalho, V. C. V. S. (2016). *Análise do discurso crítica* (2nd ed.). São Paulo: Contexto.
- Santos, J. V. P., & Carrieri, A. P. (2015). A desconstrução do sujeito na relação entre o pós-estruturalismo e a analítica queer. *Revista Sociais e Humanas*, 28(3), 08-22.
- Souza, E. M. (2017). A Teoria Queer e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre Identidade. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(3), 308.
- Souza, E. M., Souza, S. P., & Silva, A. R. L. da. (2013). O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, 17(2), 198-217.
- Veras, E. F., & Guasch, Ò. (2015). A invenção do estigma do travesti no Brasil (1970-1980). *História, histórias*, 1(5), 39-51.

- Webster, J. R., Adams, G. A., Maranto, C. L., Sawyer, K., & Thoroughgood, C. (2018). Workplace contextual supports for LGBT employees: A review, meta-analysis, and agenda for future research. *Human Resource Management*, 57(1), 193-210.
- Wolfe, B. M. (2018). The Changing Landscape of Transgender. Sex Work, Pimping, and Trafficking in Brazil. In L. Nuttbrock (Ed.), *Sex Work and Society* (pp. 264-286). New York: Harrington Park Press.
- Yavorsky, J. E. (2016). Cisgendered Organizations: Trans Women and Inequality in the Workplace. *Sociological Forum*, 31(4), 948-969.
- York, S. W., Oliveira, M. R. G., & Benevides, B. (2020). Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Revista Estudos Feministas*, 28.
- Zucchi, E. M., Barros, C. R. dos S., Redoschi, B. R. L., Deus, L. F. A. de, & Veras, M. A. de S. M. (2019). Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 35, e00064618.